

GÊNERO, SOFRIMENTO ESCOLAR E BARREIRAS INSTITUCIONAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTE TRANSGÊNERO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Joaciara de Almeida Franco[1]
Thiago Pereira da Silva[2]

RESUMO

Este relato de experiência aborda as relações entre gênero, sofrimento escolar e barreiras institucionais na educação inclusiva, com base no acompanhamento, no Atendimento Educacional Especializado (AEE), de um estudante transgênero matriculado na segunda série do ensino médio de uma escola pública baiana, em 2025. O estudo justifica-se pela persistência de práticas cisnormativas que comprometem o reconhecimento da identidade de gênero, a participação e o pertencimento escolar, apesar das garantias de igualdade, não discriminação e uso do nome social. Objetivou-se analisar como essas barreiras se manifestaram na trajetória do estudante e refletir sobre as contribuições da escuta pedagógica e de uma intervenção coletiva. O referencial articula direitos humanos e estudos de gênero, especialmente as contribuições de Bento, Butler, Foucault e Preciado sobre normalização, disciplinamento e produção institucional da diferença. De abordagem qualitativa e participativa, o relato baseou-se em registros, anotações e observações produzidos durante o acompanhamento no AEE, analisados de forma descritiva e reflexiva. Os resultados indicaram que o retraimento comunicativo, o isolamento e a baixa participação, inicialmente associados a dificuldades cognitivas, relacionavam-se a constrangimentos, à rejeição do nome social e dos pronomes indicados e às restrições em espaços escolares. A escuta pedagógica e o Fórum de Inclusão ampliaram a visibilidade das barreiras e favoreceram práticas educativas comprometidas com os direitos humanos e a diversidade.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Identidade de gênero. Direitos humanos. Barreiras institucionais. Atendimento Educacional Especializado.

Sessão Temática: Interseccionalidade e Equidade na Educação.

[1] Mestranda do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. E-mail: joaciara.psi@gmail.com.
[2] Professor orientador do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Doutor em Ensino de Ciências Naturais e Educação Matemática. E-mail: thiago.pereirasilva@univasf.edu.br.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da diversidade humana e no direito de todas as pessoas ao acesso, à permanência e à aprendizagem em condições de igualdade. Entretanto, práticas, discursos e estruturas escolares continuam produzindo exclusões quando as identidades desafiam normas sociais dominantes. Estudantes transgêneros, nesse contexto, podem vivenciar invisibilização, discriminação e sofrimento que afetam a trajetória educacional, a saúde emocional e o vínculo com a escola.

Sob a perspectiva jurídica e ética, a discussão sobre diversidade de gênero no campo educacional se vincula aos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma a igualdade de todas as pessoas em dignidade e direitos (Nações Unidas, 1948). No contexto brasileiro, a Resolução nº 1/2018 do Conselho Nacional de Educação reconhece o direito ao uso do nome social e à identidade de gênero nas instituições de ensino (Brasil, 2018), reforçando a responsabilidade da escola pela construção de ambientes seguros, inclusivos e não discriminatórios.

A análise articula direitos humanos e estudos de gênero. Bento (2011) evidencia que a escola pode transformar a diferença em desigualdade ao reiterar expectativas cisheteronormativas. Butler (2009) compreende o gênero como efeito de normas reiteradas que delimitam quais identidades são reconhecidas como legítimas, enquanto Preciado (2014) permite examinar a escola como espaço de disciplinamento de corpos e identidades. Assim, a organização binária de sanitários, a imposição de padrões de aparência e comportamento e a recusa do nome social e dos pronomes indicados operam como mecanismos de normalização e exclusão (Foucault, 2014; Butler, 2009).

Partindo desse contexto, este relato de experiência tem como objetivo analisar, no âmbito do Atendimento Educacional Especializado, as relações entre gênero, sofrimento escolar e barreiras institucionais na educação inclusiva, tomando como referência a vivência de um estudante transgênero em uma escola pública de ensino médio da Bahia, no ano de 2025.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa e participativa, no qual o diálogo e a escuta constituíram eixos centrais do processo formativo (Minayo, 2014). O relato descreve, analisa e problematiza uma prática pedagógica situada, articulando a experiência profissional à investigação educacional. Nessa perspectiva, Lüdke e André (2013) compreendem a prática educativa como um processo dinâmico e em permanente construção, no qual as vivências dos sujeitos participam da produção do conhecimento.

A experiência ocorreu em 2025, com um estudante transgênero da segunda série do ensino médio, acompanhado no Atendimento Educacional Especializado de uma escola pública da Bahia. O material do relato foi constituído por registros, anotações e observações produzidos durante os atendimentos e as atividades desenvolvidas. A análise foi descritiva e reflexiva, considerando as percepções dos autores diante da experiência e as relações entre os episódios vivenciados, as barreiras institucionais e o referencial teórico adotado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escuta pedagógica desenvolvida no Atendimento Educacional Especializado permitiu identificar que grande parte das dificuldades inicialmente atribuídas ao estudante não se relacionava a limitações cognitivas, mas às barreiras presentes no ambiente escolar. O retraimento comunicativo, o isolamento social e a baixa participação nas atividades pedagógicas configuravam, em grande medida, respostas subjetivas a experiências reiteradas de constrangimento e ao não reconhecimento de sua identidade de gênero. O sofrimento escolar estava, portanto, vinculado às condições simbólicas e relacionais que estruturavam o cotidiano institucional.

A rejeição ao uso do nome social e dos pronomes indicados pelo estudante, bem como os constrangimentos vivenciados em corredores e sanitários, evidenciaram a força de normas de gênero organizadas segundo uma lógica binária. Essas normas atravessavam as relações entre estudantes e profissionais, a configuração dos espaços e as formas de reconhecimento social. O questionamento recorrente da identidade do estudante produzia deslocamento simbólico e fragilizava seu sentimento de pertencimento à escola.

À luz de Butler (2009), a insistência no uso de nomes e pronomes associados ao sexo atribuído no nascimento e a vigilância sobre a circulação do estudante em espaços considerados masculinos revelam a tentativa de reafirmar uma ordem normativa de gênero. As contribuições de Foucault (2014; 2015) ajudam a compreender essas práticas como mecanismos cotidianos de vigilância, classificação e correção. O controle do nome, do pronome e do acesso aos espaços físicos mostra como o poder institucional se manifesta também por práticas aparentemente banais que regulam a circulação e o reconhecimento dos sujeitos.

As reflexões de Bento (2011) também são relevantes, pois evidenciam que a escola frequentemente transforma a diferença em desigualdade ao operar como dispositivo de regulação das identidades de gênero. Ao reforçar expectativas normativas sobre corpos e comportamentos, a instituição tende a marginalizar sujeitos cujas experiências desafiam padrões cisnormativos. A dificuldade em reconhecer a identidade do estudante, portanto, não se restringia a atitudes individuais de preconceito, mas expressava um processo institucional sustentado por práticas, discursos e silenciamentos.

Diante desse cenário, tornou-se necessário ampliar a reflexão para além do acompanhamento individual no AEE e envolver a comunidade escolar na problematização das práticas que sustentavam as dinâmicas de exclusão. Nesse contexto, surgiu a proposta do Fórum de Inclusão “Caminhos para a Construção de uma Escola Inclusiva”, concebido como ação pedagógica de sensibilização, diálogo e construção de uma cultura escolar mais aberta à diversidade.

Durante o evento, o estudante apresentou publicamente um texto de sua autoria sobre a própria trajetória escolar e os desafios enfrentados no cotidiano da instituição. Sua fala tornou visíveis dimensões do sofrimento escolar até então pouco reconhecidas pela comunidade educativa, entre elas as marcas emocionais da rejeição ao nome social, os constrangimentos em espaços coletivos e o sentimento de inadequação produzido pela dificuldade institucional de reconhecer sua identidade de gênero.

A intervenção pedagógica buscou reconhecer o lugar de fala do estudante e suas experiências como perspectivas legítimas de produção de conhecimento sobre a realidade escolar (Ribeiro, 2017). Ao favorecer seu posicionamento como sujeito da

própria narrativa, a ação contribuiu para questionar a lógica que silencia ou invisibiliza estudantes cujas identidades desafiam normas dominantes da cultura escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato evidenciou que manifestações inicialmente interpretadas como dificuldades cognitivas podem expressar efeitos de violência simbólica, transfobia institucional e invisibilização da diferença. A escuta pedagógica possibilitou deslocar uma leitura individualizante das dificuldades e tornar visíveis barreiras produzidas pelas relações, pelos discursos e pela organização dos espaços escolares.

As ações desenvolvidas, que articularam o acompanhamento no AEE e a realização do Fórum de Inclusão, favoreceram o reconhecimento da narrativa do estudante e a reflexão da comunidade escolar, contribuindo para práticas comprometidas com a educação inclusiva e os direitos humanos. Por se tratar de uma experiência situada, os resultados não pretendem ser generalizados; como desdobramento, reforçam a importância de ampliar espaços institucionais de escuta e processos formativos voltados ao reconhecimento das identidades de gênero.

REFERÊNCIAS

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018*. Dispõe sobre o direito ao uso do nome social e ao reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito das instituições de ensino. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 jan. 2018.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução 217 A (III), em 10 dez. 1948.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Letramento, 2017.